EESC info

European Economic and Social Committee

A bridge between Europe and organised civil society

May 2024 | PT

A perspetiva dos cidadãos – 4.ª temporada, 7.º episódio – É muito jovem, tem muita idade ou não consegue votar: deve fazer ouvir a sua voz nas eleições europeias

Damos-lhe as boas-vindas ao *podcast* do Comité Económico e Social Europeu (CESE) «A perspetiva dos cidadãos». Em vésperas das eleições europeias de 2024, analisamos as esperanças e preocupações de três grupos cujas vozes são frequentemente negligenciadas pelos decisores políticos: as pessoas com deficiência, as pessoas mais idosas e os jovens.

Os nossos convidados são os seguintes: **Milan Šveřepa**, presidente da Inclusion Europe, fala sobre a acessibilidade das eleições europeias de 2024. **Nina Skočak**, ativista pela juventude e influenciadora, conta-nos o que está em jogo para os jovens. **Heidrun Mollenkopf**, presidente da AGE Platform, em defesa dos interesses dos idosos, explica se os cidadãos mais velhos se sentem incluídos nos debates eleitorais ou ignorados e excluídos pelos responsáveis políticos. **Laurențiu Plosceanu**, vice-presidente do CESE responsável pela Comunicação, fala sobre as ações empreendidas pelo CESE para continuar a amplificar as vozes da sociedade civil, assegurando que os grupos mais vulneráveis não são esquecidos nem marginalizados.

Ouça o nosso *podcast*, use o seu voto e faça ouvir a sua voz. Nós é que fazemos a Europa!

This page is also available in:

- ES
- BG
- CS
- DA

Available Languages:

ES BG CS DA EN DE ET FR EL GA HR IT LV LT HU MT
NL PL PT FI RO SK SL SV

EDITORIAL



Editorial

Alargamento: um passo lógico para a Europa

Celebramos este mês o 20.º aniversário do grande alargamento da UE. Em maio de 2004, os cidadãos de Chipre, da República Checa, da Estónia, da Hungria, da Letónia, da Lituânia, de Malta, da Polónia, da Eslováquia e da Eslovénia tornaram-se também cidadãos da UE. Não foi um processo fácil – é sabido que a adesão à UE é um caminho árduo e moroso. No entanto, vinte anos volvidos, podemos dizer que o alargamento de 2004 foi uma história de sucesso.

Para além de a UE se ter tornado um dos maiores mercados únicos do mundo, o alargamento conduziu à criação de 26 milhões de novos postos de trabalho. No entanto, o êxito não pode ser medido apenas em termos de ganhos económicos. O alargamento acabou por conduzir à abertura das fronteiras, o que permitiu a milhões de pessoas

viajar, trabalhar e viver livremente em qualquer parte da UE. O que anteriormente era um privilégio de alguns passou a ser o direito de todos. Até à data, mais de 2,7 milhões de estudantes dos 10 novos países participaram num programa de intercâmbio Erasmus+. A UE alargada assegurou igualdade de oportunidades a todos para prosperar.

Mas este sucesso não significa que não haja lições a retirar. Foi o primeiro alargamento deste tipo e desta magnitude e há certamente muitos domínios em que a UE poderia e deveria fazer melhor. Em primeiro lugar, a UE deve começar a integrar os países candidatos nos seus trabalhos tão cedo quanto possível. A integração progressiva não substitui a adesão efetiva. É uma forma de ambas as partes construírem uma base sólida, aprendendo mutuamente, trocando experiências e partilhando pontos de vista. É uma forma de criar laços humanos e de fomentar um verdadeiro espírito europeu.

Em segundo lugar, os princípios fundamentais da UE em matéria de democracia, Estado de direito e direitos e liberdades fundamentais são inegociáveis e não podem ser descurados. Embora o manual de adesão da UE preveja critérios claros em matéria de princípios fundamentais, há aspetos que vão além de qualquer manual. Enquanto casa da sociedade civil, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) considera que uma sociedade civil dinâmica e um diálogo social forte são elementos fundamentais para o bom funcionamento das democracias. A integração gradual da sociedade civil dos países candidatos na UE permitir-lhes-á desenvolver a força de que necessitarão para a adesão. Com esse objetivo em mente, o CESE lançou a sua iniciativa de integrar os países candidatos à adesão à UE. Os «membros por um país candidato à adesão» estão agora a colaborar com os membros do CESE na elaboração de pareceres sobre temas particularmente relevantes para futuras rondas de alargamento.

É também por esta razão que os membros do CESE debaterão o 20.º aniversário do alargamento da UE na reunião plenária de maio, fazendo um balanço do passado e levantando o véu sobre o futuro comum de uma UE mais resiliente, democrática e unida.

Oliver Röpke

Presidente do CESE

AGENDA

6 de junho de 2024

Desequilíbrios na proteção social em geral, e especificamente nas «novas formas de trabalho» e para os «trabalhadores atípicos»

19 de junho de 2024

Reunião anual de 2024 dos Presidentes e Secretários-Gerais

26 de junho de 2024

Conferência sobre energia a preços acessíveis: transformar a perspetiva da sociedade civil em ações

10 e 11 de julho de 2024

Reunião plenária do CESE



UMA PERGUNTA A...

Estivemos reunidos com **Cillian Lohan**, relator do parecer do CESE sobre a participação dos jovens UE-Reino Unido, e perguntámos-lhe quais as potenciais vantagens de um programa de mobilidade dos jovens, proposto pela Comissão Europeia e apoiado pelo CESE. Através desse programa, os jovens cidadãos do Reino Unido poderiam mais facilmente residir, estudar e trabalhar na UE e vice-versa. Agora que o Reino Unido rejeitou o acordo proposto a nível da UE para a livre circulação dos jovens, que outras abordagens são possíveis para restabelecer os laços que o Brexit danificou?



O VERDADEIRO VALOR DA MOBILIDADE RESIDE NAS EXPERIÊNCIAS PARTILHADAS – CONTINUAREMOS A PROMOVÊ-LAS

Por Cillian Lohan

A livre circulação de pessoas em toda a UE trouxe vários benefícios para todos. A mobilidade dos jovens tem sido particularmente importante, uma vez que lhes permitiu mergulhar em diferentes culturas na Europa e experienciar como é viver noutros países europeus. Também lhes permitiu compreender que temos muito em comum. Trabalhar ou estudar noutro país ajuda-nos a compreender a nossa humanidade partilhada. Independentemente da nossa língua, da nossa culinária ou do nosso clima, partilhamos tantas outras coisas – relações familiares e de amizade, esperanças e lutas, desafios e oportunidades.

São estes intercâmbios entre países que criam uma sociedade de adultos aberta aos outros e que compreende as diferenças. Já não vemos os nossos concidadãos europeus de países vizinhos como estranhos, mas sim como amigos.

Não devemos subestimar o papel que este aspeto desempenha na manutenção da paz e da estabilidade no nosso continente. A mobilidade dos jovens é a pedra angular da cooperação e da colaboração existentes.

Foi neste contexto que propus um parecer de iniciativa sobre a mobilidade dos jovens e as relações entre os jovens numa UE pós-Brexit. Em conjunto com os meus colegas, a administração e os membros, realizámos uma ampla consulta dos grupos afetados, que incluiu reuniões em linha e presenciais com representantes da UE e do Reino Unido, bem como inquéritos e contactos por via eletrónica. O nosso trabalho recebeu um apoio sólido na reunião plenária do CESE, com uma votação esmagadoramente favorável.

As instituições europeias responderam com uma vasta oferta de regimes de mobilidade reforçada para os jovens no Reino Unido. Esta abordagem foi, para já, rejeitada pelo Reino Unido, mas continuaremos a trabalhar para demonstrar os seus benefícios para todas as partes.

Salientamos que não se trata apenas dos estudantes universitários ou de estudantes a tempo inteiro que beneficiam de programas como o Erasmus+ ou o Europa Criativa. Este tipo de iniciativas da UE permite aos jovens de todos os quadrantes aceder a programas de intercâmbio e experiências que, de outro modo, dificilmente existiriam.

Há uma dimensão calculista focada no custo financeiro associado e no retorno financeiro. Esta é apenas uma dimensão para medir o valor. O verdadeiro valor da mobilidade e dos intercâmbios reside na partilha de experiências e na compreensão mútua. Um continente dinâmico e multicultural necessita da interação e da circulação de pessoas. No CESE, continuaremos a promover esta abordagem. A fim de passarmos das palavras aos atos, e também de dar o exemplo, continuamos a colaborar com a sociedade civil no Reino Unido.

Firmámos um memorando de entendimento com a Aliança da Sociedade Civil do Reino Unido e um memorando de entendimento específico com o Fórum Consultivo Escocês para a Europa (em colaboração com Irene Oldfather, antigo membro do CESE). Prosseguiremos e reforçaremos este trabalho. O setor da juventude demonstrou liderança em tempos conturbados, especialmente no domínio da ação climática. Apelamos para uma cooperação a nível institucional, a fim de proporcionar aos jovens todas as ferramentas necessárias para amplificar o seu trabalho e libertar o seu potencial para criar um futuro melhor para todos nós.

DIRETO AO ASSUNTO

Embora lidere o mercado mundial de aprovisionamento de radioisótopos médicos, a Europa depende em grande medida de países terceiros para matérias-primas essenciais e operações de transformação específicas. Esta situação pode vir a perturbar as cadeias de aprovisionamento e ameaçar o acesso de muitos europeus a diagnósticos e tratamentos que salvam vidas. Para inverter esta tendência e satisfazer a procura crescente por parte dos doentes, necessitamos de investimentos públicos e privados em investigação e desenvolvimento e em novas infraestruturas de produção, de legislação sólida e de decisões políticas audaciosas, escreve a relatora do parecer do CESE sobre o aprovisionamento de radioisótopos médicos, Alena Mastantuono.



COMBATER AS DEPENDÊNCIAS ESTRATÉGICAS DA UE PARA COMBATER O CANCRO

Por Alena Mastantuono

Todos os anos, mais de dez milhões de doentes na Europa beneficiam da medicina nuclear, graças ao diagnóstico e ao tratamento de doenças como o cancro, mas também de patologias cardiovasculares e neurovasculares.

As tecnologias radiológicas e nucleares que utilizam radioisótopos são essenciais na luta contra o cancro em todas as fases dos cuidados prestados: a deteção precoce, o diagnóstico, o tratamento e os cuidados paliativos.

O número de doentes que beneficiam da medicina nuclear está a aumentar sobretudo graças ao progresso científico. As empresas e os investigadores europeus desenvolveram algumas das mais recentes terapias inovadoras de combate ao cancro com recurso a radioligandos, como os fármacos para o tratamento de tumores cancerígenos do sistema endócrino e da próstata e para o combate às metástases. Por exemplo, o lutécio-177 é um radioisótopo muito promissor para o tratamento do cancro da próstata, responsável por 90 000 mortes por ano na Europa. Em comparação com os tratamentos convencionais, a terapia moderna com radionuclídeos possibilita um bom direcionamento para as células cancerígenas e, frequentemente, é menos nociva para o organismo. Dezenas de milhares de doentes dependem de uma terapêutica dirigida com radionuclídeos, amiúde para cancros sem qualquer tratamento alternativo.

No entanto, antes de chegar ao doente, a cadeia de aprovisionamento da medicina nuclear é altamente complexa, englobando o aprovisionamento de matérias-primas e o seu armazenamento, irradiação, processamento e logística, bem como a sua aplicação. Uma vez produzidos, os radioisótopos têm de ser transformados, expedidos e utilizados num período de tempo relativamente curto, alguns no mesmo dia, outros no espaço de poucos dias, dependendo do seu tempo de meia-vida. São altamente perecíveis e o seu prazo de validade é curto.

Surpreendentemente, o transporte transfronteiriço e os procedimentos aduaneiros não têm em conta essas características. A título de exemplo, no que diz respeito ao transporte transfronteiriço, vários obstáculos conduzem a situações em que se poderá dar prioridade a uma remessa de camarão em detrimento de radioisótopos que podem salvar a vida de um doente.

É por esta razão que, no seu parecer sobre o aprovisionamento de radioisótopos médicos, o CESE apela para uma melhor cooperação entre os Estados-Membros com vista a eliminar os obstáculos regulamentares. O parecer analisa todas as fases da cadeia de aprovisionamento dos radioisótopos na Europa e identifica os obstáculos nas entregas transfronteiriças, bem como as dependências em relação a países terceiros. Apresenta igualmente soluções para as infraestruturas em falta na Europa e aponta para a necessidade de coordenar as atividades de investigação e desenvolvimento (I&D).

As recomendações apresentadas no parecer do CESE estão em consonância com as conclusões dos chefes de Estado da UE, adotadas na cimeira de abril, que destacaram a necessidade de reduzir as dependências estratégicas da Europa em setores sensíveis, como a saúde e as tecnologias críticas. Salientaram igualmente, na mesma linha do relatório de Enrico Letta, a necessidade de centrar a atenção na vertente transfronteiriça da prestação de serviços, bem como na circulação transfronteiriça de mercadorias, incluindo bens essenciais como os medicamentos.

A Europa deve criar incentivos à produção para garantir uma maior autonomia estratégica no aprovisionamento de radioisótopos. Embora seja líder de mercado no fornecimento de radioisótopos médicos a nível mundial, a Europa tem dependências críticas em relação aos EUA e à Rússia no que diz respeito ao aprovisionamento de urânio metálico levemente enriquecido de alto teor (HALEU), assim como de alguns isótopos enriquecidos utilizados como material-alvo na produção de radioisótopos.

A UE continua altamente dependente da Rússia para o fornecimento de alvos isotópicos estáveis que permitem produzir determinados radioisótopos usados nas radioterapias moleculares modernas ou em desenvolvimento, como o itérbio-176 utilizado na produção de lutécio-177.

Esta situação representa um verdadeiro desafio para a cadeia de aprovisionamento deste radioisótopo específico, cuja procura mundial deverá triplicar nos próximos anos.

A cadeia de aprovisionamento depende também do facto de os materiais serem produzidos em reatores ou em aceleradores, bem como do seu processamento e da respetiva entrega ao hospital. Para garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, os Estados-Membros, em particular os centros de investigação e os hospitais, devem cooperar mais estreitamente. Com efeito, o acesso à radioterapia não é idêntico em todos os Estados-Membros, em especial nas fases-piloto e de desenvolvimento. Trata-se de beneficiar de um acesso mais rápido aos medicamentos na fase de investigação ou para uso compassivo, bem como de melhorar o acesso de pequenos hospitais que, eventualmente, não dispõem nem das infraestruturas, nem dos conhecimentos especializados necessários. Para alguns doentes, este acesso pode ser uma questão de vida ou de morte.

O financiamento europeu na investigação, no desenvolvimento e na inovação na área da medicina nuclear, em particular no âmbito dos programas Horizonte e Euratom, é crucial para responder às necessidades dos doentes. A Europa deve dispor de projetos estratégicos de interesse comum neste domínio, ao abrigo do futuro quadro financeiro plurianual da UE. O Plano Estratégico para as Aplicações Médicas das Radiações Ionizantes (SAMIRA) e a Iniciativa Europeia Vale dos Radioisótopos (ERVI), da Comissão Europeia, no âmbito do Plano Europeu de Luta contra o Cancro, são projetos valiosos. A Comissão Europeia deve ir mais longe e atribuir um papel mais proeminente à medicina nuclear no Plano Europeu de Luta contra o Cancro e na Missão de Luta contra o Cancro do Horizonte Europa.

Os Estados-Membros devem também financiar as políticas de saúde pública conferindo destaque às tecnologias médicas radiológicas e nucleares, o que enviará um sinal à indústria e permitirá desenvolver e expandir a investigação e a inovação, bem como as infraestruturas industriais na Europa. Além disso, atrairá mais pessoas para o setor.

Em suma, só será possível assegurar mais eficazmente o aprovisionamento de radioisótopos na Europa e satisfazer a procura crescente dos doentes se tomarmos decisões políticas audazes.



O CONVIDADO SURPRESA

Após 20 anos à espera de entrar na União Europeia, a Macedónia do Norte regista um recuo no apoio dos seus cidadãos à adesão. No entanto, apesar dos progressos lentos, dos retrocessos e dos atrasos (a Macedónia do Norte obteve o estatuto de país candidato em dezembro de 2005, mas teve de esperar 15 anos até se iniciaram as negociações de adesão, o que constitui o hiato mais longo da história da UE), a promessa de prosperidade económica e estabilidade regional continua a impulsionar o desejo deste país de se unir ao bloco. Mas a UE também tem de demonstrar que está disposta a fazer avançar o processo de adesão e a recompensar os progressos, escreve a nossa convidada surpresa, Biljana Spasovska, diretora executiva da Rede de Desenvolvimento da Sociedade Civil dos Balcãs e membro por um país candidato à adesão no CESE, em representação da Macedónia do Norte.

Biljana Spasovska é diretora executiva da Rede de Desenvolvimento da Sociedade Civil dos Balcãs (BCSDN), uma rede regional de organizações da sociedade civil que colaboram para capacitar a sociedade civil nos Balcãs e reforçar o seu desenvolvimento. É também copresidente da Aliança de Organizações da Sociedade Civil para a Eficácia do Desenvolvimento, membro da parceria Norma Mundial para a Prestação de Contas das Organizações da Sociedade Civil e membro por um país candidato à adesão no CESE.

Biljana Spasovska conta com mais de dez anos de experiência no desenvolvimento de iniciativas políticas e de sensibilização destinadas a reforçar o papel da sociedade civil nos Balcãs e a sua voz nos processos políticos nacionais e da UE. Liderou e contribuiu para vários projetos de colaboração a nível regional, europeu e mundial destinados a promover um ambiente mais propício à sociedade civil, uma política de alargamento da UE mais credível, uma maior prestação de contas por parte da sociedade civil e uma cooperação para o desenvolvimento mais eficaz.

É licenciada em Estudos Interdisciplinares pela Universidade de Bolonha e está atualmente a fazer um doutoramento em Globalização e Democracia.



ADESÃO DA MACEDÓNIA DO NORTE À UE: DESAFIOS, PROMESSAS E VIA A SEGUIR

por Biljana Spasovska,

Rede para o Desenvolvimento da Sociedade Civil dos Balcãs

A Macedónia do Norte atravessa um momento crítico nos seus esforços de adesão à UE, uma vez que o percurso do país tem sido marcado por retrocessos e atrasos, alimentados por diferendos bilaterais não resolvidos e pela diminuição do apoio público. Apesar destes obstáculos,

a promessa de prosperidade económica e de estabilidade regional continua a impulsionar o desejo desta nação de aderir à UE.

As sondagens de opinião revelam uma tendência preocupante, caracterizada por uma diminuição do apoio à adesão à UE nos últimos anos. Esta tendência reflete uma frustração generalizada face ao ritmo lento dos progressos e à perceção da falta de empenho por parte dos Estados-Membros da UE.

O caminho da Macedónia do Norte rumo à adesão à UE tem sido marcado por questões complexas que ultrapassam as suas fronteiras. A crise da democracia e a instabilidade política na região e entre os Estados-Membros da UE, juntamente com o aumento do nacionalismo de direita, colocam desafios significativos ao processo de integração. No entanto, no meio destes desafios, há espaço para otimismo e renovação, uma vez que muitas pessoas consideram que a integração na UE constitui uma via para a prosperidade futura e para a melhoria do nível de vida. Outro sinal positivo é o facto de a legislação do país já estar bastante alinhada com a legislação da UE.

No futuro, a Macedónia do Norte deve dar prioridade aos progressos nas reformas e nos capítulos de negociação em domínios críticos como o Estado de direito, a justiça, a democracia e a melhoria da administração pública. A realização de progressos tangíveis nestes domínios graças ao processo de adesão à UE reforçaria igualmente a opinião pública a favor da UE. O compromisso com os valores democráticos, a cooperação regional e a busca de um destino europeu comum serão cruciais à medida que o país for percorrendo os altos e baixos da sua via de adesão.

Se, por um lado, a Macedónia do Norte deve demonstrar maturidade política e realizar as reformas necessárias, por outro, a UE deve mostrar aos cidadãos deste país que o processo de adesão é justo, que se baseia no mérito e que está a avançar. É necessário demonstrar vontade política de fazer avançar a adesão, tal como foi feito em relação à Ucrânia; os progressos devem ser recompensados e devem ser tomadas medidas para assegurar que ambas as partes dispõem da capacidade adequada para impulsionar o processo.

Por último, importa reconhecer claramente que não existe uma alternativa melhor, vantajosa para todos, à adesão da Macedónia do Norte ou de toda a região à UE. De facto, a Macedónia do Norte pode ser pequena, mas o seu rico património cultural, a sua localização estratégica e o seu empenho nos valores democráticos proporcionariam estabilidade regional e oportunidades de crescimento económico, reforçando a diversidade e a coesão da UE.



ELEIÇÕES EUROPEIAS DE 6 A 9 DE JUNHO DE 2024: VOU VOTAR, VENHA TAMBÉM!

No último artigo da nossa coluna *Vou votar, venha também!*, Antoine Fobe, responsável pela promoção de políticas e pelas campanhas da União Europeia de Cegos, descreve as exigências feitas pela sua organização para tornar as eleições mais acessíveis. Apesar dos esforços envidados pelas organizações de pessoas com deficiência, pelo

CESE e pelo Parlamento Europeu, mais uma vez é demasiado tarde para tornar exemplares as eleições europeias.



FAZER DAS ELEIÇÕES EUROPEIAS UM MODELO DE VOTAÇÃO ACESSÍVEL: DESTA VEZ, É DEMASIADO TARDE

Por Antoine Fobe

As eleições europeias estão à porta e a nossa associação, a União Europeia de Cegos, encoraja os seus seguidores a votar, por muito difícil que possa continuar a ser, e que o façam tendo em conta a importância que os candidatos e os partidos atribuem à inclusão em conformidade com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Porque os cidadãos com deficiência visual têm de fazer ouvir os seus anseios.

A União Europeia de Cegos é a voz dos cegos e das pessoas com baixa visão na Europa e obra por uma sociedade acessível e inclusiva com oportunidades iguais para que as pessoas com deficiência visual possam participar plenamente em todas as dimensões da vida. A participação política é, evidentemente, um aspeto essencial, já que permite aos cidadãos com deficiência visual promover políticas e legislação favoráveis às pessoas com deficiência através do seu voto e da sua ação política.

À medida que se aproximam as eleições para o PE de 2024, a participação das pessoas com deficiência, quer como eleitores quer como candidatos, é um tema importante e oportuno.

Segundo um relatório de 2019 do Comité Económico e Social Europeu (CESE), cerca de 400 000 pessoas com deficiência foram privadas do direito de voto nas últimas eleições para o Parlamento Europeu. Menos de 5% dos deputados ao PE são portadores de uma deficiência.

Para as eleições deste ano, e como ponto inicial da sua declaração sobre as eleições para o PE, a União Europeia de Cegos reclama uma vez mais a definição de um padrão relativo à acessibilidade do voto (procedimentos de votação), à informação eleitoral (instalações e materiais para as campanhas eleitorais, os debates políticos e os programas e sítios Web dos partidos políticos) e aos procedimentos pós-eleitorais (por exemplo, mecanismos de reclamação), bem como a igualdade no direito de se apresentar como candidato.

Concentramo-nos nas eleições para o PE porque a União Europeia só é responsável pelas eleições europeias enquanto elemento da cidadania da UE e para assegurar a igualdade de direitos para as pessoas com deficiência no âmbito das competências da UE. Contudo, uma vez que a organização de eleições continua a competir aos Estados-Membros, boas práticas a nível da UE teriam automaticamente um efeito de «repercussão» em todas as outras eleições.

Infelizmente, é demasiado tarde para tornar exemplares as eleições do PE já este ano. Não por falta de interesse do próprio PE, antes pelo contrário: em maio de 2022, o PE propôs uma reforma da legislação eleitoral da UE centrada em especial em garantir o direito de as pessoas com deficiência votarem de forma autónoma e secreta, a livre escolha da assistência e a acessibilidade da votação por correspondência e das campanhas políticas. Infelizmente, o Conselho da UE ainda não reagiu.

Nos próximos 5 anos de legislatura da UE, a União Europeia de Cegos solicita que o novo PE continue a fazer pressão sobre o Conselho para que adote a reforma proposta e permita progressos concretos nas eleições de 2029. Podemos contar com o apoio do CESE, que já em 2020 defendera uma iniciativa legislativa formal do PE para assegurar que as pessoas com deficiência beneficiem de iguais direitos de voto nas eleições para o PE. Podemos também contar com o apoio da Comissão Europeia, que, no passado mês de dezembro, publicou um «Guia de boas práticas eleitorais» e está agora a elaborar um compêndio sobre as práticas de voto eletrónico e o recurso às TIC nas eleições, que abordam ambos o aspeto da acessibilidade.



CESE PARTICIPA EM CORRIDA RECORDE PELA EUROPA

Em 26 de maio, o Comité Económico e Social Europeu participou na 44.ª edição dos 20 km de Bruxelas, que este ano registou uma afluência recorde, com 45 330 participantes na linha de partida. O CESE fez parte do Comité Organizador Interinstitucional da equipa *Running for Europe* [Correr pela Europa], que incentivou os cidadãos a votar nas eleições europeias sob o lema «Usa o teu voto». O vice-presidente do CESE responsável pela Comunicação, Laurenţiu Plosceanu, deu o sinal de partida, juntamente com representantes da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu. Alex Kibet, do Quénia, chegou em primeiro lugar à meta, em 59 minutos e 57 segundos, e Sophie Hardy, da Bélgica, foi a mulher mais rápida, concluindo a corrida em 1 hora, 10 minutos e 56 segundos.

NOTÍCIAS DO CESE



Comité Económico e Social Europeu adverte que pacote para a defesa da democracia poderá não concretizar as suas promessas

O pacote para a defesa da democracia adotado pela Comissão Europeia foi debatido na reunião plenária de abril do CESE. Os membros do CESE manifestaram reservas quanto ao seu calendário e à sua abordagem, em especial no que diz respeito à influência estrangeira. O CESE argumentou que, além de ser ineficaz, o pacote também pode pôr em causa os espaços cívicos na Europa.

O CESE considera que o pacote para a defesa da democracia, apesar da sua intenção declarada de melhorar a transparência e a responsabilização democrática na Europa, tem falhas graves. Entende que o pacote chegou demasiado tarde para ter um impacto real nas eleições europeias de 2024 e não deu seguimento às recomendações anteriores do Comité sobre o reforço da democracia europeia.

Na sua intervenção, o presidente do CESE, **Oliver Röpke**, afirmou que «ao falar dos *perigos* para as nossas democracias, é importante sublinhar a resposta forte da UE e o historial da atual Comissão em matéria de defesa da democracia, dos direitos fundamentais e do Estado de direito. O CESE também ouviu as preocupações manifestadas por muitos intervenientes da sociedade civil sobre o que consideram ser os riscos do pacote. Temos de encontrar uma abordagem comum que combine a defesa da democracia e todas as salvaguardas necessárias para preservar o espaço cívico».

Embora apoie os objetivos de transparência da proposta de diretiva em matéria de representação de interesses em nome de países terceiros, o CESE opõe-se veementemente aos métodos propostos, advertindo contra consequências indesejadas para os espaços cívicos. **Christian Moos**, relator do parecer do CESE sobre o pacote para a defesa da democracia, afirmou que «considero esta diretiva perigosa, assemelhando-se a uma lei relativa aos “agentes estrangeiros” que pode estigmatizar as ONG. É evidente que a proposta em apreço deve ser retirada, pois corre o risco de agravar o problema da redução dos espaços cívicos na Europa, algo que não podia ser a intenção da Comissão».

O correlator, **José Antonio Moreno Díaz**, manifestou o seu ceticismo relativamente à capacidade do pacote para combater as causas profundas da erosão democrática dentro das fronteiras da UE. Ao centrar-se estritamente nas ameaças externas, o pacote ignora os esforços insidiosos para desestabilizar as democracias da UE a partir do interior, criando assim um ângulo morto perigoso.

A Comissão reconheceu as preocupações sobre o impacto do pacote nas ONG, mas considera que existem salvaguardas. (gb)



Comité Económico e Social Europeu aprova acordo que cria o Organismo Interinstitucional de Ética

Na reunião plenária de 25 de abril, o CESE aprovou o acordo que cria um organismo interinstitucional para as normas éticas. O novo acordo, formalmente assinado em 15 de maio pelos representantes das instituições e órgãos da UE participantes, deverá entrar em vigor em 6 de junho, o primeiro dia da votação para as eleições europeias.

O acordo constitui um passo significativo no sentido de reforçar uma cultura comum de integridade e ética.

O novo organismo da UE elaborará, atualizará e interpretará normas mínimas comuns para uma conduta ética e publicará relatórios sobre a forma como essas normas se refletiram nas regras internas de cada instituição e órgão da UE participante.

Além do CESE, farão parte do novo organismo de ética as seguintes sete instituições e órgãos da UE: o Parlamento Europeu, o Conselho da UE, a Comissão Europeia, o Tribunal de Justiça da União Europeia, o Banco Central Europeu, o Tribunal de Contas Europeu e o Comité das Regiões Europeu.

Cada instituição ou órgão participante será representado por um membro de alto nível e assegurará, de forma rotativa, a presidência do organismo durante um ano.

Cinco peritos independentes apoiarão o trabalho do organismo, emitindo pareceres mediante pedido. Qualquer parte no acordo poderá consultá-los sobre declarações escritas normalizadas individuais, incluindo as declarações de interesses. (mp)



Comissária Ylva Johansson solicita apoio do CESE para uma abordagem «Equipa Europa» em matéria de migração laboral

Na reunião plenária de abril, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) debateu o pacote Mobilidade de Talentos. Trata-se de uma iniciativa que comporta várias medidas novas destinadas a tornar a União Europeia (UE) mais atrativa para os talentos de fora da UE e a facilitar a mobilidade no seu interior.

A oradora convidada, **Ylva Johansson**, comissária dos Assuntos Internos, solicitou o apoio do CESE para convencer os Estados-Membros e as organizações da sociedade civil a aderirem a esta inovação e assegurar uma política eficaz em matéria de migração laboral.

Uma das medidas de base do pacote Mobilidade de Talentos é a iniciativa «Reserva de Talentos», o primeiro instrumento voluntário de correspondência a nível da UE, que permite aos Estados-Membros interessados pôr empregadores da UE em contacto com candidatos a emprego de países terceiros.

O presidente do CESE, **Oliver Röpke**, salientou: «A UE enfrenta graves carências de mão de obra e de competências devido à transição para uma economia ecológica e digital e aos desafios demográficos. O pacote Mobilidade de Talentos pode ser um dos instrumentos que ajudará a atenuar esses desafios.»

A comissária europeia dos Assuntos Internos, **Ylva Johansson**, apelou para uma abordagem «Equipa Europa» em matéria de migração laboral com uma dimensão europeia mais ampla. «A migração laboral é essencialmente uma competência nacional e continuará a sê-lo. Mas temos de adotar a denominada abordagem "Equipa Europa", segundo a qual as instituições da UE, os Estados-Membros e as organizações da sociedade civil trabalham em conjunto para concretizar novas iniciativas e facilitar a execução das políticas de mobilidade laboral.»

Tatjana Babrauskienė, membro do CESE e relatora do Parecer – Pacote Mobilidade de Talentos, adotado na plenária, sublinhou: «A Reserva de Talentos da UE tem de ser um instrumento prático, fácil de utilizar e fiável, atrativo para os trabalhadores e os empregadores. Ao mesmo tempo, tem de apoiar uma migração laboral legal justa e ética.» (at)



CESE saúda votação histórica do Parlamento Europeu sobre a luta contra a violência de género e reitera compromisso de promover os direitos das mulheres

Uma em cada dez mulheres vive em situação de pobreza grave. Uma em cada três é vítima de violência. Assistimos a um retrocesso crescente dos direitos das mulheres em todo o mundo, incluindo na União Europeia (UE). Com as eleições europeias e a formação de uma nova Comissão Europeia a aproximarem-se a passos largos, a prossecução do apoio institucional e da sociedade civil será crucial para promover a capacitação das mulheres e das raparigas.

Em 25 de abril, na sua reunião plenária, o **Comité Económico e Social Europeu (CESE)** e algumas das principais organizações da UE que defendem a igualdade de género debateram a necessidade premente de continuar a defender os direitos das mulheres no próximo mandato da UE.

O debate teve lugar um dia após o Parlamento Europeu ter dado luz verde à primeira diretiva da UE relativa à luta contra a violência de género e versou sobre as conclusões da 68.ª sessão da Comissão das Nações Unidas sobre o Estatuto da Mulher. Esta comissão é o principal fórum internacional a nível mundial para avaliar os progressos realizados na consecução da igualdade de género e, este ano, centrou-se na pobreza entre as mulheres.

O CESE contribuiu para a referida sessão da comissão, realizada em março em Nova Iorque, com uma Declaração – A pobreza na ótica do género, que inclui 10 pontos de ação para a emancipação económica e a proteção social das mulheres.

«Uma vez que a pobreza não é neutra em termos de género, a nossa resposta também não o pode ser. A violência cometida contra as mulheres tem um impacto no risco de pobreza das mulheres e na sua capacidade de participar, em condições de igualdade, no mercado de trabalho. Por conseguinte, só posso congratular-me com a votação final no Parlamento Europeu a favor da primeira diretiva de sempre destinada a proteger as mulheres contra a violência de género e a violência doméstica a nível europeu», afirmou o **presidente do CESE**, **Oliver Röpke**.

«A ação concertada a todos os níveis alcançou uma série de marcos durante o mandato desta Comissão, como a Diretiva Transparência Salarial e a Estratégia de Prestação de Cuidados», declarou **Lanfranco Fanti** , membro do gabinete da comissária da Igualdade, Helena Dalli.

Os participantes no debate apelaram à criação de uma formação do Conselho da UE para a igualdade de género, de um coordenador da UE para a violência contra as mulheres e a um mandato renovado para a comissária da Igualdade.

«Necessitamos do apoio político da UE», afirmou **Florence Raes**, diretora da ONU Mulheres em Bruxelas. «Apesar dos progressos reais em matéria de igualdade, os direitos das mulheres estão a ser postos em causa de uma forma sem precedentes e há um risco crescente de a igualdade de género ser retirada da lista de prioridades.»

«Ser mulher e membro de um grupo minoritário significa que se enfrentará dificuldades. Temos de perceber que a igualdade já não é suficiente: a igualdade requer interseccionalidade», afirmou **Ilaria Todde**, diretora responsável pelas atividades de sensibilização da Comunidade Lésbica Euro-Centro-Asiática.

«A violência contra as mulheres está profundamente enraizada nos sistemas patriarcais em todo o mundo. Hoje aplaudimos a adoção da primeira diretiva da UE relativa à violência contra as mulheres e à violência doméstica», declarou **Mary Collins**, diretora do Lóbi Europeu de Mulheres. (ll)



«Temos de exportar os nossos produtos e tecnologias, mas não os nossos postos de trabalho. O investimento tem de ficar na Europa.»

Na reunião plenária de abril do CESE, Maive Rute, diretora-geral adjunta responsável pelo Mercado Interno na Comissão, e Oliver Röpke, presidente do CESE, salientaram que é fundamental reforçar a competitividade da UE para aumentar o crescimento e o bem-estar da nossa economia e da nossa sociedade.

Segundo **Maive Rute**, não há tempo a perder. É urgente uma ação célere da UE para recuperar o atraso e subsistir face ao poder excessivo das grandes potências económicas mundiais.

Analisando a situação da competitividade da UE, afirmou: «Necessitamos de mudanças radicais. Não podemos deixar o mercado único ao sabor do vento: precisamos de uma verdadeira estratégia de execução. Temos de exportar os nossos produtos e tecnologias, mas não os nossos postos de trabalho. As nossas indústrias têm de ser competitivas e o investimento tem de ficar aqui.»

Oliver Röpke salientou que a competitividade, pedra angular do êxito económico da UE, impulsiona o crescimento, a inovação e a prosperidade ao mesmo tempo que reforça a influência e a resiliência da UE no plano mundial. Em seguida, acrescentou: «Quando debatemos a competitividade europeia, temos de colocar as pessoas no centro do debate e assegurar que não deixamos ninguém para trás. A competitividade é importante porque, em última análise, afeta o bem-estar, as oportunidades e a prosperidade das pessoas e das comunidades. Por conseguinte, qualquer debate sobre a competitividade deve dar prioridade às necessidades, aos direitos e às aspirações das pessoas.»

Na reunião plenária, foi também adotado o Parecer – Estratégia de competitividade a longo prazo, elaborado por **Emilie Prouzet**, relatora, e por **Stefano Palmieri**, correlator. (mp)



Rumo à circularidade: conferência emblemática do CESE lidera transição europeia

Este ano, a Plataforma Europeia das Partes Interessadas na Economia Circular, uma iniciativa desenvolvida e coorganizada pelo Comité Económico e Social Europeu (CESE), uniu forças com a Presidência belga do Conselho da UE e o Fórum Mundial da Economia Circular, sediado na Finlândia, para a sua conferência emblemática em 15 e 16 de abril.

A conferência realizou-se no centro de convenções de Bruxelas, Square, e reuniu mais de 1 000 participantes e 150 oradores, tendo sido palco da apresentação de soluções circulares impactantes, derivadas das mais recentes descobertas científicas. Os delegados do CESE partilharam a história de sucesso proporcionada pela Plataforma Europeia das Partes Interessadas na Economia Circular.

Cillian Lohan, membro do CESE e cofundador da Plataforma Europeia das Partes Interessadas na Economia Circular, elogiou-a enquanto «rede das redes» que liga a sociedade civil à elaboração de políticas, em prol do progresso da circularidade. **Anders Ladefoged**, membro do grupo diretor da plataforma, destacou o seu papel no debate sobre o progresso e as lacunas da economia circular na Europa e enquanto plataforma de colaboração e aprendizagem. **Maria Nikolopoulou**, membro do CESE, salientou a interatividade crescente da plataforma, que facilita o diálogo através de iniciativas como as conversas europeias sobre a circularidade [#EUCircularTalks].

Na sessão plenária de encerramento da conferência, a **comissária das Parcerias Internacionais, Jutta Urpilainen**, anunciou duas iniciativas que visam apoiar a transição mundial para uma economia circular: o Centro Europeu dos Recursos para a Economia Circular, financiado em 15 milhões de euros pela Comissão Europeia, e o programa «SWITCH to Circular Economy in East and Southern Africa» [transição para a economia circular na África Oriental e Austral], que receberá 40 milhões de euros da Comissão ao longo de cinco anos. A Plataforma Europeia das Partes Interessadas na Economia Circular comprometeu-se a apoiar as duas iniciativas.

A plataforma, lançada pelo CESE e pela Comissão Europeia em 2017, promove o diálogo, divulga boas práticas e fornece informações sobre a economia circular, a fim de transformar as ideias em ações. O CESE tem defendido ativamente a circularidade, tendo já, em 2015, apoiado o Plano de Ação da UE para a Economia Circular. A plataforma é uma iniciativa conjunta que procura associar todas as partes interessadas na consecução do objetivo de uma economia circular e acelerar a transição através do diálogo e da cooperação. (ks)



Desinformação: uma arma que permite às potências estrangeiras minar as nossas sociedades

A Secção das Relações Externas (REX) do CESE organizou a sua 2.ª campanha e conferência sobre a luta contra a desinformação no âmbito do seu projeto global em torno deste tema, que será concretizado com a ajuda da sociedade civil.

Na sequência de uma campanha bem-sucedida na Bulgária, esta edição do evento realizou-se na Moldávia, em 18 de abril. O país reforçou recentemente as suas capacidades no domínio da comunicação estratégica e do diálogo com a criação de dois organismos específicos: o Centro de Comunicação Estratégica e Combate à Desinformação e o Centro de Iniciativas Civis para as Minorias Nacionais.

A conferência realizou-se em cooperação com a Universidade Estatal da Moldávia, em Chișinău.

Na sua intervenção na conferência, o presidente do CESE, **Oliver Röpke**, salientou a importância de promover o diálogo e de envolver todos os cidadãos, das mais diversas origens e comunidades, na luta contra a ingerência estrangeira e a desinformação.

Regra geral, a desinformação propaga-se entre a população e de forma horizontal, o que significa que a melhor forma de combater o problema não é através de uma abordagem descendente, mas sim de uma reflexão e participação direta dos cidadãos. E é precisamente aqui que a sociedade civil organizada pode desempenhar um papel crucial, uma vez que a desinformação está a destruir o nosso tecido social.

Ana Revenco, diretora do Centro de Comunicação Estratégica e Combate à Desinformação e uma das principais oradoras na conferência, sublinhou que os cidadãos não podem combater a desinformação sozinhos e que o centro poderá ajudá-los a melhorar as suas competências para lutar contra este fenómeno tóxico de forma duradoura.

«Erradicar a desinformação é um objetivo irrealista. Os nossos esforços conjuntos centrar-se-ão em desmistificar e prevenir as notícias falsas e em atenuar o seu impacto pernicioso nas nossas sociedades», acrescentou.

Mihai Peicov, líder do Centro de Iniciativas Civis para as Minorias Nacionais, afirmou que a criação desse centro pelo governo constituiu um passo importante para a integração de todos na sociedade e defendeu que são necessárias novas políticas educativas para as minorias.

A conferência pôs em evidência o papel da educação e os jovens estiveram em destaque no decorrer do evento, uma vez que muitos dos contributos de reflexão provieram dos participantes mais novos, dos estudantes e da jovem geração de jornalistas presentes.

Para ver um curto vídeo sobre a conferência clique aqui.

#EUvsDisinfo (at)



Comités Consultivos Mistos UE-Sérvia e UE-Montenegro acompanham negociações de adesão e debatem novo plano de crescimento

A Secção das Relações Externas do CESE (REX) realizou duas reuniões com os seus interlocutores da Sérvia e do Montenegro no âmbito dos respetivos comités consultivos mistos. Um comité consultivo misto (CCM) é um organismo conjunto que permite às organizações da sociedade civil de ambas as partes acompanhar as negociações de adesão do país em causa, debater questões de interesse comum e assinalar preocupações a resolver no trajeto de adesão à União Europeia.

Em 5 de abril de 2024, o CESE acolheu em Bruxelas os membros sérvios do Comité Consultivo Misto UE-Sérvia para debater o ponto da situação das relações entre a UE e aquele país e das negociações com a União no âmbito do processo de adesão. Abordaram-se igualmente outras questões, como as oportunidades que o novo plano de crescimento e o Mecanismo para as Reformas e o Crescimento nos Balcãs Ocidentais representam para a Sérvia, a situação pós-eleitoral no país e a situação global da sua democracia e do Estado de direito.

O evento contou com a participação de **Danijel Apostolović**, recém-nomeado chefe da Missão da República da Sérvia junto da UE, que sublinhou a posição partilhada pela UE e pela Sérvia no sentido de cooperarem mais estreitamente em todas as questões pertinentes para as negociações de adesão da Sérvia.

Aurel Laurențiu Plosceanu, vice-presidente do CESE responsável pela Comunicação, salientou a importância destas reuniões, uma vez que garantem a presença de representantes da sociedade civil, contribuindo para reforçar a narrativa de adesão à UE na Sérvia.

A reunião terminou com a adoção de uma declaração conjunta, que será enviada às instituições da UE, bem como aos órgãos de poder local e ao Governo da Sérvia.

Veja a reportagem da reunião aqui.

Em 13 de maio, **Nataša Vučković**, membro do CCM UE-Sérvia, foi eleita presidente da Associação Europeia para a Democracia Local (ALDA). O CESE esteve representado na reunião da Assembleia Geral da ALDA, em Barcelona, por Aurel Laurențiu Plosceanu, que felicitou Nataša Vučković pela sua eleição.

******

A 18.ª reunião do Comité Consultivo Misto (CCM) UE-Montenegro, realizada em Podgoritza, em 16 de abril, transmitiu uma mensagem clara às instituições da UE de que o Montenegro está fortemente empenhado em tornar-se o 28.º Estado-Membro até 2028.

Os membros do CCM instaram as suas organizações, as autoridades nacionais e as instituições da UE a não pouparem esforços para cumprir os critérios de referência intercalares sobre o Estado de direito. O relatório de avaliação dos critérios de referência intercalares sobre o Estado de direito, que deverá ser publicado até junho, será um ponto de viragem no processo de adesão à UE, permitindo o encerramento provisório de outros capítulos.

Decebal-Ștefăniță Padure, copresidente e membro do CESE, declarou: «As autoridades do Montenegro devem cumprir os seus objetivos ambiciosos e a sociedade civil organizada deve participar em todas as fases das negociações de adesão». **Gordana Đurović**, copresidente pela parte montenegrina, apelou a todas as partes interessadas para que apoiem os esforços no intuito de obter um relatório positivo da Comissão em junho.

Predrag Zenović, negociador principal, salientou o papel importante e a ajuda concreta da sociedade civil no processo de negociação, contando o Montenegro com o apoio de 80% dos seus cidadãos na adesão à UE.

Oana Cristina Popa, embaixadora da UE no Montenegro, observou que o país parece ter finalmente encontrado a estabilidade necessária para se concentrar na adesão à UE como principal prioridade estratégica, acrescentando: «Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para não desperdiçar esta oportunidade».

No final da reunião, foi adotada uma **declaração conjunta**, que será apresentada ao Comité de Estabilização e de Associação, à Comissão Parlamentar de Estabilização e de Associação, ao Serviço Europeu para a Ação Externa, à Comissão Europeia e ao Governo do Montenegro. (at)



Dia de Portas Abertas 2024: CESE sensibiliza para importância de votar nas eleições europeias deste ano

No sábado, 4 de maio de 2024, o Comité abriu as suas portas ao público para o tradicional Dia de Portas Abertas, aproveitando a ocasião para informar os visitantes sobre o seu papel na arquitetura institucional da UE e sensibilizá-los para as próximas eleições europeias.

Ao longo do dia, o CESE organizou várias atividades na sua sede, no edifício Jacques Delors, em Bruxelas. Os participantes tiveram a oportunidade de visitar as instalações e descobrir o que o CESE pode fazer pelas pessoas, de se familiarizarem com o papel do Comité no processo de decisão da UE e de partilharem os seus interesses e preocupações com os membros do CESE.

Os visitantes tiveram também a oportunidade de ficar a conhecer o trabalho que os membros do CESE desenvolvem nos seus países de origem e de participar em atividades realizadas ao vivo, como jogos interativos, um questionário sobre a UE e pinturas faciais para as crianças.

De manhã, o Comité acolheu ainda um grupo de membros e funcionários do CESE que chegaram ao Comité após percorrerem centenas de quilómetros de bicicleta através da França e da Bélgica, com o intuito de sensibilizar para a importância das eleições europeias.

Encabeçados pelo membro do CESE **Bruno Choix**, do Grupo dos Empregadores, o grupo viajou de Caen (França) até Bruxelas ao longo de 4 dias, percorrendo um total de cerca de 500 km. Vários membros e pessoal do CESE juntaram-se a eles para o troço final que os levou de Waterloo à sede do CESE, em Bruxelas. (mp)



Documentário ucraniano «20 Dias em Mariupol», vencedor do óscar, exibido no CESE

Em 24 de abril, o CESE organizou uma exibição do documentário ucraniano «20 Dias em Mariupol», que este ano ganhou o óscar na categoria de melhor filme documentário.

O filme acompanha o realizador e jornalista, **Mstyslav Chernov**, e os seus colegas durante 20 dias trágicos em fevereiro e março de 2022, em que documentaram o cerco brutal, pelo exército russo, da cidade de Mariupol, um importante porto ucraniano no mar de Azov. Ao serviço da Associated Press, Chernov e a sua equipa foram os últimos jornalistas estrangeiros a permanecer na cidade antes da sua captura pelas forças russas. As suas gravações e fotografias confrangedoras, incluindo o bombardeamento maciço de uma maternidade e do teatro municipal em que estavam refugiadas crianças, correram o mundo, dando testemunho dos horrores infligidos pelo exército russo invasor à população civil ucraniana.

Além do óscar, «20 Dias em Mariupol» também recebeu muitos outros prémios de prestígio, incluindo o prémio de cinema BAFTA pelo melhor documentário e o prémio do público na categoria «Cinema internacional – documentário» no Festival de Cinema Sundance.

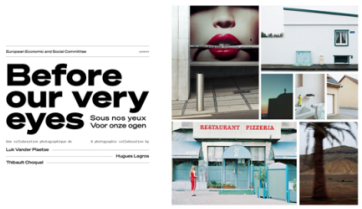
A exibição contou com a presença do presidente do CESE, **Oliver Röpke**, e de personalidades distintas, como S. E. o chefe da Missão da Ucrânia junto da UE, **Vsevolod Chentsov**, e **Yevhen Tuzov**, um dos

principais protagonistas do documentário.

«Não podemos esquecer o nosso dever solene de registar a História. O filme tem uma mensagem clara: é necessário mostrar ao mundo os efeitos do ódio. Não esqueçamos os sacrifícios do povo ucraniano, nem a resiliência que mostrou face à adversidade. A perspetiva de a Ucrânia se tornar um Estado-Membro da UE é prova não só dos valores que partilhamos como também uma fonte de esperança num futuro melhor», afirmou o presidente do CESE, **Oliver Röpke**.

«20 Dias em Mariupol» é um olhar lancinante mas essencial sobre o sofrimento causado pela agressão russa. Orgulho-me de poder dizer que o nosso Comité nunca vacilou no seu apoio à Ucrânia e à sua dinâmica sociedade civil nestes momentos difíceis, e a nossa presença aqui esta noite é muito importante», afirmou o vice-presidente do CESE responsável pela Comunicação, **Aurel Laurențiu Plosceanu**. O CESE tem estado firmemente ao lado da Ucrânia e da sua sociedade civil desde o primeiro dia da guerra de agressão da Rússia e reforçou a sua cooperação com as organizações da sociedade civil ucranianas através da Plataforma da Sociedade Civil UE-Ucrânia. Criou o centro para a Ucrânia, que proporciona um espaço de trabalho às organizações da sociedade civil ucranianas na Bélgica. Lançou a iniciativa dos membros por um país candidato à adesão, a fim de partilhar os conhecimentos especializados do CESE com as organizações da sociedade civil ucranianas. Uma delegação de alto nível do CESE, liderada por **Oliver Röpke**, visitou a Ucrânia em novembro e reuniu-se com a ministra da Economia, **Yuliia Svyrydenko**, e com representantes do Parlamento da Ucrânia (Verkhovna Rada) e da sociedade civil. Os membros do CESE prestaram homenagem às vítimas de guerra ucranianas em memoriais de guerra no país.

A exibição do filme, organizada por iniciativa do membro letão do CESE **Andris Gobiņš**, mostrou uma vez mais a solidariedade da sociedade civil europeia para com a Ucrânia e o seu povo. O público teve igualmente a oportunidade de admirar uma exposição fotográfica dedicada ao cerco de Mariupol, organizada em cooperação com a associação Ukra-Bel e exibida à margem do evento principal.



«Diante dos nossos olhos» – Um pouco de arte belga no CESE

Se está interessado na arte belga, não perca a exposição «Diante dos nossos olhos» no Atrium 6 do edifício Jacques Delors do CESE, Rue Belliard 99, até 28 de junho.

Venha descobrir o trabalho de três talentosos artistas belgas: Luk Vander Plaetse, Hugues Legros e Thibault Choquel.

Através das suas fotografias, os três artistas (fotógrafos, artistas gráficos e *designers) revelam a beleza dos objetos quotidianos.* «Diante dos nossos olhos» exprime uma poesia humana selvagem e suave em que se cruzam diferentes géneros e pessoas.

A exposição foi organizada pelos membros belgas do CESE, com o apoio de uma equipa de coordenadores, como parte da Presidência belga do Conselho da UE, que decorre até 1 de julho de 2024. Os organizadores veem na Presidência uma oportunidade de dar a conhecer o saber-fazer do seu país e promover a cultura belga dentro e fora da Europa. (ll)

NOTÍCIAS DOS GRUPOS



A justificação económica de um novo «grande alargamento» e de uma União a 36

Por Stefano Mallia, presidente do Grupo dos Empregadores do Comité Económico e Social Europeu

Com base nas lições das últimas duas décadas e de sete alargamentos desde o início do projeto europeu, seria provavelmente adequado comemorar o aniversário do «grande alargamento» de 2004 apresentando dados e informações para neutralizar debates emocionais antes das eleições europeias de junho.

A guerra na Ucrânia, que está no seu terceiro ano, colocou a questão do alargamento no topo da agenda geopolítica europeia. A rápida concessão do estatuto de país candidato à Ucrânia, à Moldávia, à Bósnia-Herzegovina e à Geórgia, bem como as negociações de adesão finalmente encetadas com a Macedónia do Norte e a Albânia, constituem avanços positivos no contexto de uma política estagnada há anos.

Para garantir que esta nova dinâmica se mantém, devemos expor claramente a sua justificação económica.

Naturalmente, a democratização e o Estado de direito são princípios inderrogáveis, tal como a abordagem baseada no mérito no âmbito do processo de alargamento, que não permite atalhos. Mas importa, sobretudo, informar as pessoas sobre os potenciais ganhos económicos e a prosperidade que serão criados para a próxima geração de europeus.

Se o passado é um bom indicador do futuro, podemos afirmar com segurança que a justificação económica do alargamento é irrefutável. O comércio entre os antigos e os novos Estados-Membros quase triplicou durante o processo formal de pré-adesão entre 1994 e 2004, tendo quintuplicado entre os novos Estados-Membros. A UE-15 cresceu, em média, 4% por ano desde o início do processo de adesão até 2008, tendo este processo contribuído para metade desse crescimento e criado 3 milhões de novos postos de trabalho entre 2002 e 2008.

A COVID-19 e a guerra na Ucrânia demonstraram que a UE tem de repensar a sua resiliência económica, em especial no contexto das transições ecológica e digital. O REPowerEU prevê um aumento da produção europeia de energias renováveis. O Regulamento Indústria de Impacto Zero e o Regulamento Matérias-Primas Críticas preconizam que 40% das cadeias de valor ecológicas e de matérias-primas sejam transferidas para a UE. Os países candidatos à adesão à UE, em especial a Ucrânia, podem desempenhar um papel importante, proporcionando maior segurança económica.

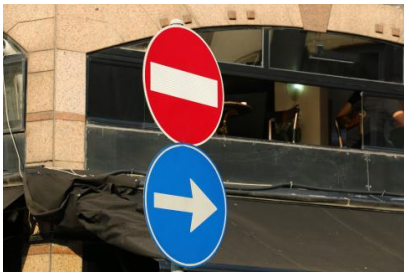
No que diz respeito aos recursos naturais, a Ucrânia detém as maiores reservas de gás na Europa a seguir à Noruega. Produz também uma das maiores quantidades de energia hidroelétrica na Europa e pode

aumentar a sua produção, juntamente com outras fontes de energia verde, como a energia eólica, solar e proveniente da biomassa. A Ucrânia tem sido também um dos principais exportadores de metais e possui depósitos de lítio e terras raras, que são cruciais para as indústrias ecológica e digital.

Ao mesmo tempo, o setor agrícola da Ucrânia é um dos maiores do mundo. A sua integração no mercado único aumentaria consideravelmente a segurança alimentar da UE.

Os benefícios para os países dos Balcãs Ocidentais de uma maior participação no mercado único também são evidentes. A título de exemplo, o PIB da Croácia tem aumentado de forma constante desde a sua adesão à UE em 2013, traduzindo-se em rendimentos mais elevados para os seus cidadãos, com um aumento médio do PIB per capita de 67% (de 10 440 euros em 2013 para mais de 17 240 euros).

A via da adesão à UE dos novos países, que podem ascender a nove no total, será tortuosa, mas não há alternativa: se a UE quer ser uma potência mundial, tem de ser uma potência local em primeiro lugar.



Há outros a decidir por si – não será tempo de mudar essa situação?

Pelo Grupo dos Trabalhadores do CESE

A campanha do Parlamento Europeu intitulada «Usa o teu voto, ou outros decidirão por ti» é muito pertinente. O seu vídeo sobre as eleições, que explora as raízes do projeto europeu de construir um futuro pacífico a partir das cinzas da guerra e do genocídio, toca no ponto certo. Em particular nos tempos que correm, com o extremismo e a apatia a crescerem desmesuradamente, muitas vezes, a política assemelha-se mais a um concurso televisivo do que a um verdadeiro espaço público de debate.

Quer mesmo deixar que os outros decidam por si? Já o estão a fazer, e mais uma vez estão a optar pela austeridade.

A nossa presidente, Lucie Studničná, afirmou com firmeza: não podemos correr o risco de mais uma crise de austeridade. As medidas adotadas durante a última crise financeira deixaram alguns países numa situação de declínio económico, associado a uma fuga de cérebros. Em Espanha, em Itália e na Grécia, o desemprego permanece elevado e o PIB per capita continua longe dos níveis de 2008. Em reação a esta não solução, o euroceticismo e o populismo cresceram, sustentados pelo aumento da popularidade da extrema-direita.

As novas regras orçamentais deixarão a maioria dos Estados-Membros sem meios para enfrentar os desafios climáticos e sociais que se avizinham. As promessas de La Hulpe parecerão vãs. Os cidadãos sofrerão e as dificuldades económicas adicionais, que os governos certamente descreverão como «impostas por Bruxelas», poderão ser a última gota para muitos.

A democracia não se resume às eleições: a sociedade civil e os sindicatos são fundamentais para manter uma democracia saudável. Mas o voto também não é apenas um instrumento de legitimidade, estando longe de ser inútil. É um direito duramente conseguido pelos esforços e, muitas vezes, pelo sacrifício das

vidas de milhões de pessoas ao longo de várias gerações. E podemos vir a perdê-lo.

As decisões de austeridade não são irreversíveis. Para as eleições de junho e para todas as próximas eleições nacionais, fazemos o apelo: use o seu voto. Não deixe que lho retirem. Vote pelo progresso social. Juntos, podemos continuar a melhorar os nossos países e a União Europeia e mudar o que não funciona.



#EUelections2024: Organizações da sociedade civil debatem a UE que desejam e propõem prioridades para o novo mandato

Pelo Grupo das Organizações da Sociedade Civil

Para o novo mandato, as organizações da sociedade civil propõem dar resposta aos desafios imediatos e a longo prazo, aplicar adequadamente as políticas atuais da UE e reforçar os valores da União. O diálogo civil estruturado e uma agenda social forte também estão no topo da lista das suas prioridades.

Em 16 de abril, o Grupo das Organizações da Sociedade Civil do CESE realizou uma conferência sobre o tema «*Construir em conjunto a UE que queremos».* O evento reuniu representantes das organizações da sociedade civil a nível nacional e europeu, que debateram as suas prioridades políticas à luz das próximas eleições para o Parlamento Europeu e da assinatura da declaração interinstitucional de La Hulpe sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Na abertura da conferência, Séamus Boland, presidente do Grupo das Organizações da Sociedade Civil, lamentou que muitos representantes políticos dos principais partidos nacionais não queiram debater a UE com os eleitores. Por conseguinte, os eleitores não compreendem por que razão a UE é necessária e a política da União nem sempre reflete as prioridades dos cidadãos. Esta situação conduziu a um perigoso fosso entre o público em geral e a UE, que pode levar muitas pessoas a votar em partidos extremistas. «É urgente que os representantes políticos nacionais e europeus debatam de forma aberta com os cidadãos os problemas com que a UE se depara e as medidas que devem ser tomadas para os resolver. Só assim poderemos persuadi-los de que a UE trabalha para os cidadãos e continua a criar oportunidades para todos.»

Leia e partilhe as **conclusões e recomendações** da conferência, que se centram nos seguintes aspetos:

- A importância das eleições de 2024 para o Parlamento Europeu: a UE num momento decisivo da sua história;
- Construir em conjunto a UE que queremos: uma União democrática e inclusiva assente na justiça e na proteção sociais;
- Construir em conjunto a UE que queremos: uma economia sustentável assente em transições justas e em empregos de qualidade;
- Colocar a sociedade civil, os cidadãos e os jovens no centro da Europa de amanhã.

As conclusões e recomendações contribuirão para uma **resolução do CESE** com propostas políticas para o novo Parlamento Europeu e a nova Comissão Europeia, a adotar em julho de 2024.

Para mais informações, leia o **comunicado de imprensa** sobre a conferência.

IN FOCUS: 20TH ANNIVERSARY OF GREAT ENLARGEMENT



Alargamento: o instrumento político mais poderoso e bem-sucedido da UE

Por Pat Cox

O nosso convidado especial, Pat Cox, antigo presidente do Parlamento Europeu, recorda o grande alargamento de há 20 anos como um período de esperança notável em que, finalmente, o coração do continente, dividido entre o este e o oeste, bateu em uníssono. E embora Vladimir Putin esteja a concretizar o mito da irmandade eslava à força de mísseis balísticos, a União Europeia (UE) continua a ser uma união voluntária de populações livres e soberanas, assente nos valores fundamentais do respeito pelos direitos humanos, da igualdade e do Estado de direito.

Na minha opinião, o evento organizado em Dublim pela Presidência irlandesa do Conselho da UE, em 1 de maio de 2004, e a cerimónia de boas-vindas no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, em 3 de maio de 2004, destacam-se do ponto de vista político, mas também emocional, como dias de espírito positivo e esperança notáveis e como atos simbólicos de regresso às origens, de reunificação, em que o coração do continente, dividido entre o este e o oeste, bateu em uníssono. Em Dublim, Seamus Heaney leu o seu poema «Beacons at Bealtaine», exprimindo o otimismo subjacente de que este alargamento histórico permita mudar as opiniões, mudar as mentes e criar novas visões. Em Estrasburgo, as dez bandeiras nacionais dos novos Estados-Membros foram içadas em enormes mastros construídos nos estaleiros navais de Gdańsk e oferecidos pela Polónia, constituindo a sua viagem para Estrasburgo um lembrete simbólico do percurso do comunismo até à liberdade, personificada pela presença de Lech Wałęsa.

É claro que, para todos, o evento foi o culminar de um processo longo e complexo de preparação mútua que durou muitos anos. Sentiu-se alegria, mas também alívio, ao chegar ao fim o que foi uma maratona política e processual para todos os envolvidos.

Na minha opinião, o alargamento foi talvez o instrumento político mais poderoso, mais transformador e mais bem-sucedido da UE das últimas cinco décadas. Quando o meu próprio país, a Irlanda, aderiu no primeiro alargamento, em 1 de janeiro de 1973, era o Estado/região mais pobre da então Comunidade Económica Europeia. O acesso a um grande mercado, associado à solidariedade da UE através dos fundos regionais e, posteriormente, dos fundos no âmbito da política de coesão durante as primeiras décadas de adesão, as normas mais rigorosas em matéria de igualdade de género e política ambiental, o apoio ao processo de paz

na Irlanda do Norte e o reconhecimento das consequências particularmente difíceis do Brexit para a Irlanda, o único país da UE que partilha uma fronteira terrestre com o Reino Unido – são elementos que contribuíram para produzir uma experiência e resultados particularmente positivos. O processo nem sempre foi fácil, especialmente durante a crise da área do euro, mas, globalmente, tem sido muito positivo.

Apesar de respeitar e lamentar a decisão do Reino Unido de sair da União, considero que esse facto é a prova clara de que a UE é uma união voluntária de populações livres e soberanas – livres de aderir, livres de sair. O que contrasta de forma flagrante com a guerra neoimperial que Vladimir Putin decidiu iniciar contra a Ucrânia, onde o seu mito de irmandade eslava é reiterado diariamente ao som dos canos das armas, das explosões de mísseis balísticos e de drones que matam.

A adesão da Grécia, de Portugal e de Espanha ajudou a apoiar a reimplantação bem-sucedida desses países enquanto democracias após a ditadura, para além de melhorar o nível e a qualidade de vida.

O grande alargamento de há 20 anos trouxe um crescimento espetacular aos novos Estados-Membros, especialmente aos da Europa Central e Oriental, através de um aumento do investimento, do comércio e da solidariedade da UE. Em média, o seu PIB *per capita*, ajustado à inflação e moeda, passou, em duas décadas, de menos de metade da média da UE para três quartos da média crescente da UE. O PIB *per capita* da Lituânia triplicou nesse período. O setor da saúde registou melhorias, tal como o da educação, conduzindo a progressos em termos de qualidade de vida e de nível de vida. A produção agrícola em toda a região duplicou. Em suma, tal como em todos os alargamentos anteriores, os resultados foram vantajosos tanto para os Estados aderentes como para a UE. O que me torna otimista, mas não ingénuo, em relação ao alargamento em si.

Os acontecimentos ocorridos na Polónia nos últimos anos e a situação persistente na Hungria mostram como um desvio às normas da UE em matéria de Estado de direito, liberdade dos meios de comunicação social ou direitos das minorias significa que esses países aderem à UE enquanto veículo de prosperidade, mas rejeitam-na enquanto comunidade de valores comuns. O primeiro-ministro da Hungria proclama com orgulho que instaurou uma democracia iliberal. Qualquer que seja a margem de interpretação que se possa ter relativamente ao artigo 2.º do Tratado da União Europeia, é evidente que a democracia aí referida não é iliberal. («A União funda-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e do respeito pelos direitos humanos, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias. Estes valores são comuns aos Estados-Membros, numa sociedade caracterizada pelo pluralismo, a não discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a igualdade entre homens e mulheres.»)

Essas disposições fazem parte do acordo de adesão à UE, estão escritas em todos os tratados de adesão e foram aprovadas por cada Estado aderente. O conceito de «fique com os seus valores, mas dê-nos o seu dinheiro» não é uma base sustentável para o respeito mútuo – aspeto que não deve ser perdido de vista nas negociações com os atuais países candidatos, que procuram desbravar o caminho para a sua eventual adesão à UE. Penso que os critérios de Copenhaga devem desempenhar um papel mais importante nas futuras negociações, possivelmente inserindo cláusulas nos tratados de adesão que proporcionem à UE uma maior capacidade para defender os direitos e valores contra eventuais violações. A UE não é apenas um mercado, e os progressos materiais, embora desejáveis, não são a sua única razão de ser, nem mesmo a sua razão de ser principal.

Dito isto, o balanço dos alargamentos até à data é essencialmente benéfico para todas as partes envolvidas, e este processo deve ser abordado de forma positiva. Os países candidatos à adesão terão de realizar

transformações significativas, cada um ao seu próprio ritmo. A UE tem também de trabalhar no seu processo de decisão e na sua capacidade orçamental para absorver novos Estados-Membros, bem como na assistência de pré-adesão. Após a concessão do estatuto de país candidato e um exame analítico, os quadros de negociação, a abertura e o encerramento das negociações capítulo a capítulo e os eventuais tratados de adesão exigem a unanimidade do Conselho. Nada disto é simples ou fácil. Espera-se que todos os Estados-Membros respeitem o dever de cooperação leal e se assistam mutuamente no cumprimento das missões decorrentes do Tratado (artigo 4.º, n.º 3, do TUE).

O caso da Ucrânia é especialmente complexo devido à sua dimensão, à percentagem relativa da agricultura no PIB em comparação com a média da UE e à sua pobreza comparativa em termos de PIB *per capita*, bem como, naturalmente, devido à guerra e às suas consequências devastadoras. As negociações podem começar. A Ucrânia já está na via da integração através do seu acordo de associação e do Acordo de Comércio Livre Abrangente e Aprofundado com a UE. Estes acordos poderão ser progressivamente alargados ao longo do tempo, mas, em última análise, a estabilidade do resultado territorial e da paz – para a qual a adesão à UE pode contribuir – será uma condição prévia essencial para a adesão. A UE necessita de estabilidade, e não de caos, no seu flanco oriental, e a adesão da Ucrânia é, no final de contas, tanto do interesse da UE como da Ucrânia.

Pat Cox, antigo presidente do Parlamento Europeu de 2002 a 2004

Pat Cox é um político e jornalista irlandês. Foi presidente do Parlamento Europeu de 2002 a 2004 e presidente do Movimento Europeu Internacional (2005-2011). Preside à Fundação Jean Monnet para a Europa desde 2015. É também coordenador europeu do corredor da rede principal da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T) Escandinávia-Mediterrâneo (UE) e chefe da missão do Parlamento Europeu de avaliação das necessidades e execução no âmbito da reforma parlamentar do Conselho Supremo da Ucrânia. No início da sua carreira, trabalhou como apresentador das notícias no canal de televisão RTÉ, em Dublim. Em 2004, Pat Cox ganhou o Prémio Internacional Carlos Magno de Aachen pelo seu empenho parlamentar em prol do alargamento da União Europeia.



O grande alargamento da UE – 20 anos depois

Por Jarosław Pietras

Jarosław Pietras, antigo negociador principal adjunto da adesão da Polónia à União Europeia (UE), reflete sobre o impacto do alargamento de há 20 anos e os benefícios económicos e outros que trouxe não só para a Polónia e outros países que aderiram à UE, mas também para a UE no seu conjunto. A decisão de acolher novos membros da União Europeia em 2004 comprovou o empenho da UE na unidade, na diversidade e na solidariedade. Atualmente, há ainda ensinamentos valiosos a retirar desse alargamento para todas as negociações futuras de pré-adesão.

Passados vinte anos, é patente que a adesão à UE da maior parte dos países da Europa Central, juntamente com Malta e Chipre, não só representou um «grande alargamento», como constituiu um marco histórico para toda a União Europeia. O impacto foi profundo, em especial no panorama económico dessas nações.

O alargamento aumentou significativamente o nível de vida dos países da Europa Central. Globalmente, esses oito países – República Checa, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, Eslováquia e Eslovénia – registaram um aumento assinalável do seu PIB *per capita* em paridade de poder de compra (PPC), ultrapassando o nível que poderiam ter alcançado se não tivessem aderido à UE. As estatísticas referem-se sempre às médias quando se avalia os benefícios concretos decorrentes da integração. É de salientar que, embora os benefícios não tenham sido repartidos uniformemente entre os Estados-Membros, com alguns a registarem melhorias mais significativas do que outros, todos os países demonstraram melhorias significativas. Por exemplo, a Lituânia e a Polónia tomaram a dianteira, colhendo os benefícios mais substanciais da adesão à UE, enquanto a Estónia e a Eslovénia realizaram menos progressos em virtude dos desafios que enfrentaram, especialmente devido às consequências da crise financeira de 2008.

A adesão à União Europeia abriu as portas a uma nova era de prosperidade económica para a Polónia e os seus vizinhos da Europa Central. A Polónia, em particular, destaca-se como uma história de sucesso do desenvolvimento após a adesão, na medida em que o país registou um crescimento económico sem precedentes, tendo o seu PIB duplicado entre 2004 e 2022. Do mesmo modo, outros Estados-Membros da região também registaram um crescimento substancial do seu PIB *per capita*, embora a níveis diferentes. A Eslováquia e a Lituânia, por exemplo, demonstraram progressos louváveis, reduzindo ainda mais o fosso de desenvolvimento em relação à Europa Ocidental. Os dados estatísticos deste período apresentam uma imagem de resiliência e dinamismo, tendo estes países tirado partido da adesão à UE para impulsionar a expansão económica e reforçar a sua competitividade a nível mundial. Este resultado notável mostra que a integração na UE pode transformar as economias de todos os novos Estados-Membros. E tal aconteceu apesar do impacto da crise financeira, durante a qual os novos Estados-Membros da UE alcançaram taxas de crescimento mais elevadas do que previsto.

O período que se seguiu ao alargamento da UE de 2004 não foi isento de desafios. Por exemplo, a crise financeira mundial de 2008 abalou toda a economia europeia, testando a resiliência dos Estados-Membros, antigos e recentes. Apesar dos efeitos negativos da crise, os novos membros da UE demonstraram uma resiliência notável, superando as projeções iniciais de crescimento. A sua capacidade para enfrentar a tormenta e manter taxas de crescimento positivas destacou a solidez das suas economias e os benefícios da integração europeia. Embora a crise tenha criado desafios significativos, permitiu igualmente a estes países aproveitar plenamente a estreita ligação com a economia europeia e testar o seu empenho nos valores e na solidariedade europeus em tempos de adversidade.

Ao longo do processo de negociação, a sociedade civil polaca tornou-se uma força poderosa de mudança e progresso. As organizações da sociedade civil, os movimentos de base popular e os grupos de defesa desempenharam um papel fundamental na promoção da integração na UE e na defesa dos valores democráticos na Polónia. Os seus esforços incansáveis para aumentar a sensibilização, mobilizar apoio e responsabilizar os dirigentes foram fundamentais para moldar a opinião pública e impulsionar mudanças positivas. Ao dialogar ativamente com os cidadãos, ao promover o diálogo e a transparência, a sociedade civil polaca ajudou a assegurar que o processo de negociação continuasse a ser inclusivo, democrático e adaptado às necessidades da população. O seu contributo não só facilitou a adesão da Polónia à UE, como também reforçou os alicerces da democracia e da sociedade civil no país.

A decisão de acolher novos membros da União Europeia em 2004 comprovou o empenho da UE na unidade, na diversidade e na solidariedade. Ao acolher a maior parte dos países da Europa Central, juntamente com Malta e Chipre, a UE aumentou o seu potencial económico, riqueza cultural e influência geopolítica. A adesão destes países trouxe novas perspetivas, talentos e oportunidades à União, enriquecendo a sua diversidade e reforçando a sua presença a nível mundial. De um ponto de vista geopolítico, o alargamento consolidou a influência e a estabilidade da UE ao integrar os países da Europa Central e Oriental no seu quadro de cooperação e colaboração. De um ponto de vista institucional, diversificou as perspetivas da UE e

aprofundou a sua integração, lançando as bases para uma União mais unida e resiliente.

A reflexão sobre as experiências do alargamento da UE de 2004 permite retirar ensinamentos valiosos, especialmente no que diz respeito ao processo de negociação e aos preparativos de pré-adesão. Se me lançasse hoje numa aventura semelhante, defenderia uma maior ênfase nas condições de pré-adesão e nos mecanismos de apoio em todas as negociações futuras, em especial nos domínios da governação e do Estado de direito. É essencial assegurar que os países candidatos cumprem os critérios e normas necessários antes da adesão à UE, a fim de salvaguardar a integridade da União e defender os seus valores. Além disso, a prestação de apoio e assistência adequados aos países candidatos durante o processo de negociação é essencial para uma integração bem-sucedida e a estabilidade a longo prazo na UE.

No centro do processo de negociação para o alargamento da UE de 2004 esteve o compromisso comum de promover a estabilidade, a democracia e a prosperidade em toda a Europa. As negociações orientaram-se pelo desejo de reforçar os laços de cooperação e solidariedade entre as nações europeias, uma vez que tanto os países candidatos como os países já membros da UE reconheceram os benefícios mútuos do alargamento. Embora as negociações tenham sido complexas e difíceis, acabaram por ser impulsionadas por uma visão comum de uma Europa unida e próspera, em que todas as nações poderiam desenvolver-se em conjunto no quadro da União Europeia.

À medida que, em 2024, os países candidatos percorrem o caminho para a adesão à UE, há várias considerações fundamentais a ter em conta. Em primeiro lugar, para garantir uma integração bem-sucedida e a estabilidade a longo prazo na União, é essencial dar prioridade às reformas alinhadas com as normas e os valores da UE. Tal inclui o reforço das instituições democráticas, a promoção do Estado de direito e a salvaguarda dos direitos e liberdades fundamentais. Além disso, o diálogo proativo com os atuais Estados-Membros da UE, a fim de criar um clima de confiança e apoio, é fundamental para uma integração harmoniosa na União. Ao demonstrarem um compromisso genuíno com os valores e a cooperação europeus, os países candidatos podem abrir caminho ao seu próprio futuro melhor na União Europeia.

Jarosław Pietras *é, atualmente, investigador convidado no Centro de Estudos Europeus Wilfried Martens, em Bruxelas, e professor convidado no Colégio da Europa, em Bruges.*

Fez parte da equipa que negociou a adesão da Polónia à UE desde 1998, ano em que as negociações tiveram início, até 2004, quando a Polónia aderiu à UE. Entre 1990 e 2006, exerceu, na sua Polónia natal, as funções de secretário de Estado no Ministério das Finanças, secretário de Estado para a Europa e chefe de gabinete do Comité para a Integração Europeia. De 2008 a 2020, foi diretor-geral no Conselho da União Europeia, abrangendo uma vasta gama de domínios de intervenção, nomeadamente as alterações climáticas, o ambiente, os transportes, as telecomunicações, a energia, a educação, a cultura, o audiovisual, a juventude e o desporto. Com um doutoramento em Economia da Universidade de Varsóvia, é autor de uma série de publicações sobre a UE, a sustentabilidade e assuntos comerciais. Foi também académico da Fundação Fulbright e membro da direção do grupo de reflexão Bruegel (2008-2011).

Editores

Ewa Haczyk-Plumley (editor-in-chief)
Laura Lui (ll)

Colaboraram nesta edição

Daniela Vincenti (dv)
Ewa Haczyk-Plumley (ehp)
Giorgia Battiato (gb)
Jasmin Kloetzing (jk)
Katerina Serifi (ks)
Katharina Radler (kr)
Laura Lui (ll)
Marco Pezzani (mp)
Margarita Gavanas (mg)
Margarida Reis (mr)
Millie Tsoumani (mt)
Pablo Ribera Paya (prp)
Thomas Kersten (tk)

Coordination

Agata Berdys (ab)
Giorgia Battiato (gb)

Endereço

European Economic and Social Committee
Jacques Delors Building,
99 Rue Belliard,
B-1040 Brussels, Belgium
Tel. (+32 2) 546.94.76
Email: eescinfo@eesc.europa.eu

EESC info is published nine times a year during EESC plenary sessions. EESC info is available in 24 languages
EESC info is not an official record of the EESC's proceedings; for this, please refer to the Official Journal of the European Union or to the Committee's other publications.
Reproduction permitted if EESC info is mentioned as the source and a link is sent to the editor.

05/2024